

Renato César Ferreira Fernandes*

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Sumaré, São Paulo, Brasil



O desenvolvimento desigual e combinado da América Latina: o capitalismo colonial em Nahuel Moreno e Milcíades Peña

Recebido em: 19 mar. 2024

Aprovado em: 14 out. 2024

Publicado em: 27 out. 2025

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.2025.797>

* Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Faculdade de Tecnologia de Sumaré. Doutor e Mestre em Ciência Política e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: renatoferreirafernandes@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/5848740692010723>  <http://orcid.org/0000-0001-5738-6520>

Resumo

A tese do desenvolvimento desigual e combinado, elaborada por Leon Trotsky, explica a dualidade do desenvolvimento capitalista na Rússia, onde havia avanços industriais nas cidades e atrasos sociais e econômicos no campo. Essa teoria influenciou interpretações das formações sociais em diversos países, incluindo a América Latina, onde Trotsky também a aplicou, embora de forma menos desenvolvida que em seus estudos sobre a Rússia. O presente artigo analisa as interpretações de Nahuel Moreno e Milcíades Peña sobre o desenvolvimento desigual e combinado na Argentina, situando suas visões no contexto político e intelectual de suas épocas. Explorar essas interpretações requer entender como foram influenciadas por outros discursos políticos e intelectuais e também sua localização na polêmica entre a interpretação da colonização feudal ou capitalista das Américas.

Palavras-chave: Colonização. Desenvolvimento Desigual e Combinado. História das Américas. Nahuel Moreno. Milcíades Peña.

Renato César Ferreira Fernandes*

Paula Souza State Center for Technological Education
Sumaré, São Paulo, Brazil



Uneven and combined development in Latin America: colonial capitalism in Nahuel Moreno and Milcíades Peña

Received: 19th Mar. 2024

Approved: 14th Oct. 2024

Published: 27th Oct. 2025

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.2025.797>

* Professor at the Paula Souza State Center for Technological Education, Sumaré College of Technology. PhD and MA in Political Science and a BA in Social Sciences from the State University of Campinas. Email: renatoferreirafernandes@gmail.com
 <http://lattes.cnpq.br/5848740692010723>  <http://orcid.org/0000-0001-5738-6520>

Abstract

The theory of uneven and combined development, elaborated by Leon Trotsky, explains the duality of capitalist development in Russia, where there were industrial advances in cities and social and economic backwardness in rural areas. This theory influenced interpretations of social formations in various countries, including Latin America, where Trotsky also applied it, albeit less extensively than in his studies on Russia. This article analyzes the interpretations of Nahuel Moreno and Milcíades Peña on uneven and combined development in Argentina, situating their views in the political and intellectual context of their times. Exploring these interpretations requires understanding how they were influenced by other political and intellectual discourses and their placement in the debate between interpretations of feudal or capitalist colonization of the Americas.

Keywords: Colonization. Uneven and Combined Development. History of the Americas. Nahuel Moreno. Milcíades Peña.

1. Introdução¹

A tese do desenvolvimento desigual e combinado foi elaborada por Leon Trotsky na sua compreensão da formação social russa. Sua forma mais acabada encontra-se na sua *História da Revolução Russa*. Por meio dela, Trotsky procurou explicar o processo de desenvolvimento do capitalismo: por um lado, o país apresentava o que tinha de mais avançado em desenvolvimento industrial nas grandes cidades; enquanto que, por outro lado, apresentava um grande atraso no desenvolvimento econômico e social no campo, mantendo em muitos lugares relações servis e baixa produtividade agrícola. Nesse sentido, para o autor, conjugavam-se na mesma formação social, um grande nível de desigualdade junto a combinação de elementos sócio-históricos considerados atrasados e avançados (Trotsky, 2007a, p. 21).

O desenvolvimento desigual e combinado serviu como método de interpretação da formação social de diversos países, primeiramente pelo próprio Trotsky, e depois por diversos intelectuais que se inspiraram nas suas ideias. A América Latina foi um dos focos dessas interpretações, sendo que o próprio Trotsky foi pioneiro ao tentar interpretar as formações sociais latino-americanas por meio do desenvolvimento desigual e combinado, principalmente em seus escritos sobre o México (*Idem*). É preciso sublinhar que essas elaborações de Trotsky sobre a América Latina têm *insights* importantes, porém é pouco desenvolvida se comparada às elaborações sobre a Rússia.

No presente trabalho, vamos analisar duas interpretações do desenvolvimento desigual e combinado latino-americano, com ênfase no processo de colonização, realizadas pelos militantes e intelectuais argentinos Nahuel Moreno (1924-1987) e Milcíades Peña (1933-1965). Nosso objetivo é compreender como o desenvolvimento desigual e combinado foi incorporado na interpretação dos autores sobre as formações sociais latino-americanas, em especial, da Argentina.

1 Uma versão desse trabalho foi apresentada no VI Encontro de Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro realizado em agosto de 2023.

Nossa leitura será realizada a partir de *uma história política do pensamento político*. Para nós, a interpretação de Moreno e de Peña inseriu-se em um determinado contexto político e intelectual no qual os autores fizeram parte. Seus discursos fazem parte da luta política e ideológica de seu tempo: como uma incorporação de outros discursos que estavam presentes na cena política e intelectual e, ao mesmo tempo, como resposta a outras formações discursivas. Somente compreendendo a combinação e as diferenças entre os autores é que podemos explicar o próprio processo de formulação dos mesmos.

Na primeira parte do artigo, examinaremos esse contexto intelectual, trazendo as principais contribuições de autores contemporâneos aos nossos. Na segunda parte, reconstruímos a interpretação de Moreno sobre o processo. E na última, analisamos as contribuições de Peña.

Esse trabalho é uma parte do meu doutorado que investigou o desenvolvimento desigual e combinado da Argentina a partir da interpretação de Milcíades Peña.

2. O contexto do debate sobre a colonização das Américas

Entre os historiadores, sociólogos e intelectuais marxistas de meados do século XX, uma questão foi muito presente: para compreender as estruturas e complexidades dos países americanos era importante conhecer o processo histórico de colonização pelo qual passaram ao longo de mais de três séculos. Em nossa região, a colonização era uma marca do presente. Na Argentina não era diferente. Um dos pioneiros em pensar essa questão foi José Carlos Mariátegui, que publicou em 1928 *Sete ensaios sobre a realidade peruana* (2010). Na Argentina, Rodolfo Puiggrós foi um dos primeiros marxistas a publicar estudos mais aprofundados sobre a questão com sua obra de 1940: *De la colonia a la revolución* (1957).

Em termos gerais, poderíamos afirmar que a polêmica historiográfica

no campo político e intelectual de esquerda foi se a colonização inaugurou no continente um novo regime feudal ou, se desde o início, a colonização adotou um caráter capitalista. Na defesa da tese do feudalismo se enfileiraram um conjunto de intelectuais e políticos, geralmente militantes dos Partidos Comunistas ou próximos a eles, que defendiam a ideia da colonização feudal. Para estes intelectuais, era necessária uma “revolução anti-imperialista e antifeudal” nos países latino-americanos. Os principais representantes dessa tendência, na Argentina, foram Leonardo Paso (1963) e Rodolfo Puiggrós. Em defesa da tese do caráter capitalista da colonização, na Argentina, estavam intelectuais trotskistas como Peña e Nahuel Moreno e também acadêmicos como Sérgio Bagú.

Como dissemos, Mariátegui foi um dos pioneiros na análise e, segundo Michael Löwy, ele foi “indubitavelmente o pensador marxista mais vigoroso e original que a América Latina já conheceu” (2006, p. 17). Em seu *Sete ensaios* (2010), Mariátegui partiu da afirmação de que a “conquista [espanhola da América] aparece [...] como uma quebra de continuidade”, principalmente entre a economia comunista primitiva dos incas no Peru e a organização econômica das colônias (2010, p. 33). Essa ruptura econômica fez com que por “cima das ruínas e resíduos de uma economia socialista, lançaram as bases de uma economia feudal” (*Ibidem*, p. 34).

Para Mariátegui, a colonização espanhola foi mais um “empreendimento militar e eclesiástico” do que um empreendimento “político e econômico” (*Idem*). Nesse sentido, a organização econômica por meio dos latifúndios, destinados principalmente aos clérigos da Igreja Católica, foram a base fundamental da economia colonial.

Apesar dessa caracterização como “feudal”, a compreensão de Mariátegui diferenciava-se muito das dos Partidos Comunistas, principalmente em relação às tarefas do presente na transformação socialista da sociedade.

Por exemplo, para Rodolfo Puiggrós (1957), a colonização espanhola das Américas foi “feudal”. Quais eram as características feudais da colonização espanhola? “Os conquistadores se jogaram sobre a América para apoderar-se de suas imensas riquezas e dispor de servos e vassalos.

Agarraram com gigantesca energia a oportunidade de expandir o feudalismo, adaptando-o às novas condições históricas” (*Ibidem*, p. 29, tradução nossa).

Para o historiador comunista, o feudalismo colonial tinha diversas características. Baseava-se em uma doutrina feudal, do século XIII, formulada pelo bispo de Ostia (região de Roma), Enrique de Susa (Puiggrós, 1957, p. 31). A partir dessa doutrina, os conquistadores estabeleceram todo um ordenamento jurídico feudal, principalmente a partir das *Leis das Índias*,² sendo que o fundamento de todo esse regime de produção era a servidão como relação de produção predominante na América Espanhola (*Ibidem*, p. 29). É a partir dessas constatações que Puiggrós combinou a explicação do domínio dos latifúndios e também analisou o pouco desenvolvimento das cidades nas Américas. Uma coisa importante em toda sua análise foi assinalar o feudalismo colonial como um feudalismo na época da decadência desse modo de produção, em que convivem feudos e cidades comerciais, porém que o modo de produção predominante era o feudal (situação similar ao período da Baixa Idade Média europeia).

A principal obra de Puiggrós sobre o tema, *De la Colonia a la Revolución*, teve sua primeira edição em 1940, quando ele ainda era militante do Partido Comunista Argentino, do qual foi expulso em 1947. Puiggrós modificou a redação da obra ao longo dos anos, incluindo, essencialmente, notas polêmicas com outros autores como Sérgio Bagú.

Sérgio Bagú foi um importante intelectual argentino e, de maneira geral, aquele que inaugurou o debate sobre o capitalismo colonial no país. Duas das suas obras são fundamentais para entender sua interpretação: *Economía de la sociedade colonial*, de 1949, e *Estructura social de la colonia*, de 1952.

Para Bagú (1949, p. 97), a determinação da natureza da economia colonial também não era um debate técnico, pois “afeta a própria interpretação da história econômica e adquire um alcance prático imediato se

2 As *Leis das Índias* foi uma recompilação dos diversos ordenamentos jurídicos que existiram na América Espanhola, começando com a Lei dos Burgos em 1512.

consideramos que a economia atual dos países latino-americanos conserva ainda muitas das características fundamentais de sua estrutura colonial” (Tradução nossa). Isto é, discutir a colonização era discutir o presente.

Contrapondo-se à maior parte dos historiadores latino-americanos e também espanhóis, que defendiam a tese da economia feudal para as colônias ibéricas, Bagú analisou separadamente os elementos que compunham essa economia e, a partir daí, caracterizou sua dinâmica e a natureza econômica das formações sociais coloniais.

Um primeiro elemento considerado por Bagú (1949, p. 98-99) foi o de que no absolutismo europeu, ainda existiam resquícios do feudalismo. Esses resquícios foram transplantados para as colônias, principalmente nas suas formas jurídicas como a *capitulación*,³ a *encomienda* e as capitánias hereditárias brasileiras. Todas essas formas de contrato e também de organização econômica, assumiam por um lado, uma forma jurídica feudal para Bagú, mas todas elas, apesar da forma feudal, tinham características que ultrapassavam o feudalismo: os índios que trabalhavam por *encomienda*, não eram propriedade dos senhores, mas súditos do Rei da Espanha; as capitánias não eram posse dos senhores, mas terras cedidas momentaneamente pelo Rei de Portugal (*Ibidem*, p. 100-101).

A partir desta constatação, Bagú (1949, p. 102) afirmou que “Feudalismo e capitalismo, apesar de sua oposição histórica inicial, não têm porque ser, em todas as alternativas de seu desenvolvimento, extremos irreconciliáveis”, sendo que:

Hay una etapa en la historia capitalista en la cual renacen ciertas formas feudales con inusitado vigor: la expansión del capitalismo colonial. En las colonias, la posesión de la tierra, aparte del lucro que se busca en el tráfico de sus productos, va acompañada de fuertes reminiscencias

3 As *capitulaciones* eram contratos públicos entre o Rei de Castilha e os conquistadores e navegadores em que esses últimos deveriam cumprir serviços para o primeiro. De acordo com Bagú, era uma espécie de “*carta puebla*” que existia durante a época feudal.

feudales. El poseedor – compañía o individuo – aplica allí su ley sin apelación, gobierna sobre las vidas y los bienes sin preocupación jurídica o ética alguna, inventa en su beneficio todos los impuestos que su imaginación y las posibilidades del lugar le permiten (Bagú, 1949, p. 102).

Um segundo argumento na defesa da tese do “capitalismo colonial”, está no entendimento da fase de desenvolvimento da economia mundial. Para Bagú (1949, p. 103), as “colônias luso-hispânicas da América não surgiram à vida para repetir o ciclo feudal, mas para integrar-se no novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo”. Nesse sentido, o capitalismo colonial era a forma na qual o ciclo capitalista comercial, inaugurado com as comunas italianas e o comércio no Oriente, se iniciou nas Américas.⁴

Combinado a esses elementos capitalistas, como dissemos anteriormente, havia enormes resquícios feudais: jurídicos, discursivos, ideológicos, econômicos. Para desmontar a tese da colonização feudal, Bagú se propõe a analisar os principais elementos ditos feudais que estariam presentes na colonização luso-hispânica.

O primeiro destes elementos era o latifúndio ou a grande propriedade territorial, como foram as capitanias hereditárias brasileiras. A presença do latifúndio, que só se aprofundou ao longo dos séculos após a descoberta, não significava necessariamente regime feudal de produção. Para Bagú (1949, p. 104), a “mentalidade” da posse de terra era feudal, já que a “magnitude do latifúndio é a medida do mérito social”; mas, o latifúndio não refletia somente uma mentalidade feudal, mas um processo econômico capitalista, principalmente a partir das monoculturas coloniais: “quanto maior seja a área possuída, maior será a quantidade de produtos destinados para a exportação”.

4 Poderíamos dizer que Bagú está entre os precursores da ideia da sistema-mundo. Sobre isso, ver Wallerstein (2001).

Outro elemento considerado feudal era o trabalho servil, principalmente as formas de trabalho instituídas na colonização espanhola com os indígenas. Para Bagú (1949, p. 108), as *encomiendas* eram muito mais regimes de trabalho escravistas do que servil, no sentido de que, em muitas ocasiões, esse tipo de trabalho se degenerou num trabalho forçado e não livre ao substituir os tributos pelo trabalho em favor do *encomendero*. Dessa forma, assim como a escravidão negra na América, esse tipo de trabalho entrou como uma alavanca no ciclo capitalista.

Um terceiro elemento era a “unidade econômica autossuficiente”. Bagú (1949, p. 110) cita como exemplo as colônias de evangelização jesuítas e o engenho de açúcar brasileiro. Tudo o que é consumido nessas unidades econômicas, é produzido nela mesma, com trabalho dos indígenas ou dos negros africanos. A grande diferença é que nessas unidades econômicas não se produzia somente para o autoconsumo, já que nos engenhos, a produção de açúcar era vendida, quase integralmente, para o mercado europeu, enquanto nas missões jesuítas, o excedente era vendido nas cidades.

O quarto elemento, considerado feudal por parte dos especialistas, era a relação entre o campo e a cidade. No feudalismo europeu, as cidades não prosperaram, dada a autossuficiência das unidades feudais. Contrariando isso, as cidades no Brasil, que no início da colonização são pírias, vão se tornando cada vez mais importantes, principalmente no ciclo do ouro, a partir de finais do século XVII. Em outros locais, como o México e o Peru, Bagú afirma que existiam regimes de monocultura, pois a única atividade era a mineração que estava vinculada ao comércio europeu e as cidades foram se desenvolvendo aos poucos como forma de estabelecer a relação do comércio minerador com a Europa. Nesse sentido, no capitalismo colonial luso-hispânico, as cidades vão ser o elemento predominante no desenvolvimento econômico e não o campo, principalmente pela ligação entre a colônia e a metrópole.

O último elemento considerado feudal era a questão dos “agregados”. Dá-se o nome de agregados para aquelas camadas da nobreza que viviam no castelo medieval em torno da riqueza do senhor feudal. O mesmo fenômeno ocorreu na América Ibérica, com uma diferença muito clara, o “agregado” na

colônia é um desempregado, que saiu da Europa e que busca trabalho, principalmente assalariado, nas colônias e que consegue empregar-se nas cidades (Bagú, 1949, p. 113).

Após enumerar todos esses elementos considerados feudais por muitos historiadores, Bagú passa a enumerar os elementos diretamente capitalistas dessas economias coloniais.

Os três primeiros elementos se relacionavam com a própria produção de capital: a acumulação de capital, a presença do capital financeiro e a produção para o mercado. Para o autor, em toda a empreitada capitalista da colonização, o elemento determinante era o contínuo ciclo de acumulação de capital, seja no investimento na produção de açúcar ou na extração de ouro e prata das minas, seja no investimento das Companhias no tráfico negreiro, que foi nada menos, que “o mais formidável motor da acumulação capitalista que operou na era colonial” (Bagú, 1949, p. 115).

Combinado a essa acumulação de capitais, que tem como elo fundamental as colônias, mas como centro as metrópoles, se estabeleceu a partir do século XVI, um capital financeiro⁵ destinado a pequenos comerciantes e agricultores, principalmente com a função de hipotecar as terras dos latifundiários, tanto na América espanhola, quanto na portuguesa.

A essas características, soma-se aquela que é o fundamento do capitalismo colonial: a produção voltada para o mercado. De acordo com Bagú, pensando na situação brasileira, ele afirma que:

Para el mercado internacional producen el señor de engenho de Bahía, de Río y de San Vicente, desde mediados del primer siglo colonial; del mismo modo que los mineiradores de Minas Gerais y el Distrito Diamantino, que la corona portuguesa monopoliza, en el siglo 18. Con

5 O conceito de capital financeiro aqui nos parece problemático, pois se confunde o capital bancário com o capital financeiro. Seguindo a tese de Lenin (1986), o capital financeiro é justamente a fusão entre o capital bancário e industrial que impõe o monopólio como característica básica da produção. Sobre a diferença entre os dois conceitos, ver Victor Testa (1974, p. 98-104).

el mismo destino se cultiva el algodón en Marañón, en el 18 y, hacia el fin de la era colonial, comienzan a extenderse los cafetales sureños (Bagú, 1949, p. 117-118).

Essa produção para o mercado externo europeu aconteceu na região do Peru, da Bolívia e do México em relação aos metais preciosos; também em Cuba com o açúcar e o tabaco; com algodão e com o cacau da Venezuela, entre outros produtos e regiões. Porém existia uma produção também para o mercado interno das colônias. Nesse sentido, o açúcar consumido na Venezuela era produzido, inicialmente, no México; na região oeste argentina, entre Mendoza e Salta, se produzem os produtos agrícolas e manufaturados que abastecem a cidade de Buenos Aires. O centro da economia, que dá a dinâmica da acumulação, era a produção para o mercado externo, porém, para que essa pudesse acontecer, existia produções locais e regionais que abasteciam esses centros comerciais.

Dado esse desenvolvimento, Bagú (1949, p. 120) concluiu sobre esse processo de acumulação capitalista, afirmando o seguinte:

la colonia hispano-lusa forma parte fundamental del ciclo capitalista mundial y se desarrolla como complementaria de la economía europea, razón por la cual los productos más solicitados en el viejo mundo son los que mayor auge cobran en el nuevo. El mercado colonial fué también mucho más importante de lo que nuestros historiadores del siglo 19 habían supuesto, pero no puede equipararse, sin embargo, al europeo, en cuanto a la gravitación que ejerce en la configuración de la economía americana.

Neste trecho, Bagú já antecipa uma ideia que Peña explorou como característica capitalista das colônias: suas economias têm caráter *complementar* às economias metropolitanas. Dessa forma, elas não têm independência alguma, nem autossuficiência, muito menos desenvolvimento autônomo das políticas metropolitanas. Apesar disso, parte do comércio realizada na própria colônia, de acordo com Bagú e outros historiadores, era composta pelo “mercado negro”, isto é, produtos que não estavam sob o

monopólio das próprias metrópoles. De acordo com a historiadora Noemí Goldman (1998, p. 28–29), em meados do século XVIII, uma parte importante do comércio realizado no porto de Buenos Aires advinha de contrabando de ingleses, holandeses e franceses.

Em relação ao regime de trabalho, para Bagú (1949), o predominante foi a forma escravista de trabalho: no Brasil, diretamente com os negros africanos; nas colônias espanholas, em parte com os negros, mas, em sua maioria, com os indígenas a partir do que o autor chama de “*salario bastardeado*”, isto é, um trabalho obrigatório que era disfarçado por meio de um imposto que deveria ser pago em pesos pelos indígenas. As formas mais conhecidas desse tipo de trabalho foram a *mita* e o *cuatequil*.

A última característica capitalista era o predomínio das cidades sobre o campo, como já abordamos acima.

Bagú (1949) conclui que os elementos que predominam na colonização luso-hispânica eram os de um capitalismo colonial. Para ele, o que levou muitos historiadores a confundirem o regime econômico colonial com o feudalismo era justamente a presença de elementos feudais, como instituições jurídicas, discursivas e ideológicas, no continente americano. É por isso que ele afirma que:

Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, ya inaugurado en Europa. Más aún: América contribuyó a dar a ese ciclo un vigor colosal, haciendo posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde (*Ibidem*, p. 143).

Esse debate é muito mais amplo e percorre toda a América Latina. No Brasil, por exemplo, esse debate envolveu a polêmica iniciada nos anos 1940 entre Nelson Werneck Sodré (1944), que defendeu uma posição próxima a de Puiggrós, e a interpretação de Caio Prado Jr. (1983 [1945]). Essa oposição era não só entre feudalismo e capitalismo, mas entre tantos elementos, a predominância de fatores internos ou externos no desenvolvimento da economia nacional.

Para além desse contexto intelectual, é importante ressaltar dois elementos do contexto político de todo esse debate. Por um lado, os países latino-americanos, principalmente Argentina e Brasil, estavam passando por um processo de industrialização que foi caracterizado por alguns como de “substituição de importações” e por outros, como Peña, de *pseudoindustrialização*.⁶ Por outro lado, a disputa política central estava entre políticos desenvolvimentistas (Perón e Vargas a frente) e setores liberais que disputavam não só a política econômica, mas também a memória e a história do país. Foi neste contexto político-intelectual que Nahuel Moreno e Milcíades Peña escreveram suas teses sobre a colonização dos países latino-americanos.

3. Nahuel Moreno e a colonização capitalista das Américas

Nas formulações ao longo dos anos 1930-1950, as teses sobre uma “colonização feudal” predominaram. Essa era a interpretação principal dos Partidos Comunistas do continente e era defendida por diversos intelectuais, como vimos na interpretação de Rodolfo Puiggrós. As teses de Nahuel Moreno justamente se contrapõem a esse ponto de vista da colonização feudal.

Em dezembro de 1948, Moreno escreveu um documento interno ao *Partido Obrero Revolucionario* (POR)⁷ denominado *Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América*. Esse documento, conforme o próprio autor afirmou anos mais tarde, foi publicado pela primeira vez em 1958 no primeiro número da *Revista Estrategia*, editada por Milcíades Peña.

6 Sobre essa caracterização, ver o artigo de Peña (1964).

7 O POR era uma pequena organização trotskistas criada em dezembro de 1948 e que tinha como principal dirigente Nahuel Moreno. Milcíades Peña também compunha o grupo.

Como nota para esta publicação, Moreno escreveu uma carta para Peña, na qual fez afirmações importantes sobre a composição de seu trabalho. Para ele, as *Cuatro tesis* eram o resultado de um trabalho coletivo, no qual Peña estava incluído – é importante salientar que Peña ingressou na corrente morenista em 1947 e compôs o Comitê Central do POR em 1948. De acordo com Moreno (1958), o sentido deste “trabalho coletivo” era triplo: era coletivo, pois era o resultado de polêmicas entre os trotskistas, principalmente no interior da organização; era coletivo, pois Peña tinha contribuído diretamente na pesquisa e na investigação em que Moreno se apoiou; e, por último, era coletivo pois, enquanto marxistas, os autores chegaram a resultados semelhantes aos de Sérgio Bagú antes de conhecerem suas pesquisas (*Ibidem*, p. 83).⁸ Comentando a carta de Moreno, Peña não reivindica a autoria de *Cuatro tesis*, mas afirma que colaborou com Moreno em diversos trabalhos e diz sobre os trabalhos de Moreno que “há razões objetivas para considerá-los como os aportes mais valiosos feitos até hoje para a elaboração de um autêntico pensamento marxista latino-americano – e isto sem fechar os olhos às óbvias deficiências formais e de conteúdo” (*apud* Moreno, 1957, p. 84).

O principal objetivo de Moreno (1957, p. 83) neste trabalho consistia em criticar “uma metodologia e interpretação que se esconde sob o rótulo marxista e que não é”. Para o autor, todo o marxismo latino-americano ainda estava em sua fase “embrionária”, o que significava que:

Ser marxista para ellos era fundamentalmente aceptar la existencia de las clases, la importancia del factor económico y en algunos la necesidad de la revolución obrera. Se limitaban después a aplicar el método positivista que habían aprendido en la Universidad y a cambiarle a la interpretación liberal su terminología por

8 *Cuatro tesis* foi escrito em 1948, enquanto Bagú publicou *Economía de la Sociedad Colonial* em 1949.

una marxista. Se conformaban con ser una mera superación formal, en los términos, de la ideología positivista liberal de los círculos intelectuales oficiales (Moreno, 1957, p. 83).

Um primeiro elemento a ser observado é que Moreno direciona sua crítica a Mariátegui e a Rodolfo Puiggrós. De maneira contraditória, mas bastante clara, Moreno reivindica Mariátegui como “digno de admiração e respeito”, mas que ao mesmo tempo é um autor que não tem uma “verdadeira compreensão e metodologia marxistas”, chamando a ele e a outros autores de “positivistas marxistas ou neoliberais marxistas” (Moreno, 1957, p. 83).⁹ Infelizmente, ao não citar os trabalhos de Mariátegui, Moreno não nos permite compreender o “que” tem de positivista em seus escritos. Para Moreno, ambos os autores substituíram categorias “econômicas” por categorias “raciais” (*Ibidem*, p. 83-84).¹⁰ A crítica de Moreno a Mariátegui tinha como alvo Puiggrós e os setores à esquerda do *Partido Comunista de la Argentina* que reivindicava a obra do peruano.

Contrariamente à tese da colonização feudal por parte da Espanha, Moreno defendia que:

La colonización española, portuguesa, inglesa, francesa y holandesa en América, fue esencialmente capitalista. Sus objetivos fueron capitalistas y no feudales: organizar la producción y los descubrimientos para efectuar ganancias prodigiosas y para colocar mercancías en el mercado mundial. No inauguraron un sistema de producción capitalista porque no había en América un ejército de

9 O termo neoliberal se referia na ocasião aos intelectuais que eram contrários às políticas intervencionistas do Estado no período do pós-II Guerra e não ao “neoliberalismo” tal como ele é conhecido após a década de 1970.

10 A única hipótese plausível para entender esse ataque desmedido de Moreno a Mariátegui era a influência que este poderia ter no interior do trotskismo, ainda que Antonio Gallo e Peña (que criticam e reivindicam o mesmo) parecem ser os únicos intelectuais deste campo a citarem a obra do peruano na época.

trabajadores libres en el mercado. Es así como los colonizadores, para poder explotar en forma capitalista a América, se ven obligados a recurrir a relaciones de producción no capitalistas: la esclavitud o una semiesclavitud de los indígenas. Producción y descubrimiento por objetos capitalistas; relaciones esclavas o semiesclavas; formas y terminologías feudales (al igual que el capitalismo mediterráneo), son los tres pilares en que se asentó la colonización de América (Moreno, 1957, p. 85).

É a combinação entre os objetivos capitalistas (produção para o mercado), as relações de produção escravistas e de semiescravidão e as formas e terminologias feudais que fizeram com que a formação social da colônia fosse diferenciada. Nesse sentido, como toda formação econômico-social,¹¹ havia um predomínio de uma das formas produtivas: sobre as relações de semiescravidão e com formas feudais de distribuição de terra, predominava uma produção de tipo capitalista, isto é, voltada ao mercado mundial. Mas, isso não quer dizer que a sociedade argentina era capitalista. Para Moreno, na formação social colonial da América Latina, predominou a produção para o lucro, para o mercado mundial, ainda que as relações de trabalho não fossem a do modo de produção capitalista.

Esse predomínio da produção capitalista era resultado de um desenvolvimento e de uma decadência da Espanha: um tipo de capitalismo comercial, usurário, local e internacional, o qual predominou na região do mediterrâneo e na sua relação com as Américas e a Ásia. No momento da descoberta e, imediatamente posterior a ele, esse capitalismo comercial foi entrando em decadência e sendo substituído pelo capitalismo do “norte ocidental”, principalmente da Inglaterra e Holanda, que tinha um caráter manufatureiro e nacional.

11 Importante fazer uma diferenciação entre os conceitos de modo de produção e formação econômico-social: o primeiro com determinadas relações de produção e forças produtivas, enquanto o segundo pode combinar diversos modos de produção. Sobre o tema, ver Peña (2014, p. 75) e Gorender (2016, p. 58-59).

Uma outra questão levantada era sobre a colonização inglesa na América do Norte. Em contraste com a concepção de que essa tinha sido capitalista, Moreno (1957, p. 85) afirmou que ela tinha o objetivo de implementar uma pequena produção para a subsistência dos próprios camponeses. Somente o excedente era colocado à venda. Era uma colonização para a formação de novos camponeses independentes. Daí um paradoxo bastante complexo para a comparação entre os diferentes tipos de colonização nas Américas:

Si nos gustaran las paradojas podríamos decir, contra Puiggrós, que el sur de Estados Unidos y Latinoamérica fueron colonizados en forma capitalista pero sin dar origen a relaciones capitalistas y que el norte de Estados Unidos fue colonizado en forma feudal (campesinos que buscaban tierras y nada más que tierras para autoabastecerse) pero sin relaciones feudales (Moreno, 1957, p. 86).¹²

E complementa que a região “herdou as vantagens do feudalismo europeu – pequena produção agrária – sem suas tremendas desvantagens – uma classe de latifundiários feudais, parasitas inevitáveis para a produção burguesa posterior” (Moreno, 1957, p. 86). Essa é a base da explicação da história dos EUA pós-independência, para Moreno.¹³

Já Marx havia apresentado uma diferenciação entre os dois tipos de colonização. Segundo o autor alemão, havia dois tipos de colônias: 1) as verdadeiras colônias (como EUA e Austrália) na qual “a massa dos colonos dedicados à agricultura [...] não constituem uma classe capitalista e *menos ainda é sua produção uma produção capitalista*” (Marx *apud* Moreno, 1957, p. 86, grifos de Moreno); 2) o segundo tipo de colônias eram as de *plantation*:

12 Peña vai desenvolver essa tese em sua *Historia del Pueblo Argentino* (2012, p. 70-77).

13 É importante notar que na carta de Moreno (1957) enviada para Peña para a publicação desse texto, ele lamenta que ambos “nunca concretamos nuestros estudios sobre la colonización de Estados Unidos” (p. 84, nota 1).

que son desde el momento mismo de crearse especulaciones comerciales, centros de producción para el mercado mundial, *existe un régimen de producción capitalista, aunque sólo de un modo formal*, puesto que la esclavitud de los negros excluye el libre trabajo asalariado, que es la base sobre la que descansa la producción capitalista. Son, sin embargo, capitalistas los que manejan el negocio de la trata de negros. *El sistema de producción introducido por ellos no proviene de la esclavitud, sino que se injerta en ella. En este caso, el capitalista y el terrateniente son una sola persona* (Moreno, 1957, p. 86, grifos no original).

É por isso que Moreno (1957, p. 87) afirma a existência de uma classe capitalista autóctone nas colônias espanholas, ao lado dos comerciantes independentes e da burocracia estatal: “os burgueses latifundiários”.

Quase 20 anos mais tarde, após conhecer os trabalhos publicados por Peña, Moreno voltou a escrever sobre o tema da colonização. Primeiro, em uma introdução curta a uma entrevista de George Novack sobre o tema, intitulada *A importância da interpretação de Novack* (2008a). Nesse pequeno artigo, Moreno diz que existiam na polêmica sobre a colonização das Américas duas correntes principais: a primeira que defendia a colonização feudal das Américas e uma segunda que defendia que a colonização foi diretamente capitalista (2008a, p. 103). Para Moreno (1957, p. 105), seguindo as elaborações das *Cuatro tesis*, a colonização teve um *carácter combinado*, com “objetivos capitalistas, obter lucros, mas se combina com relações de produção não-capitalistas”. Isto é, não é nem capitalista como em Gunder Frank (1974), nem feudal como em Puiggrós.

Em 1975, Moreno lançou o livro *Método de interpretación de la historia argentina*. É uma reelaboração de um curso dado em 1965 e que já havia tido três reimpressões. As teses gerais de Moreno continuam as mesmas, porém, em Método ele acrescenta alguns elementos que ampliam sua visão. A primeira questão está no *método de interpretación*: para Moreno, o essencial para compreender o processo histórico era entender como determinado país e região fazem “parte de esse todo que es la economía y la política mundial”.

O segundo elemento era compreender qual o desenvolvimento concreto das forças produtivas locais e suas relações materiais e culturais. O último elemento relacionava-se a compreensão das relações de classes, econômicas e políticas, eram concretamente estabelecidas (Moreno, 2008b, p. 19–20).

Dessa forma, sintetizando as *Cuatro tesis* com o *Método*, poderíamos afirmar que para Moreno (2008b, p. 31-32), o processo de colonização apresentou as seguintes características: a) as Américas foram inseridas num processo de expansão do capitalismo comercial europeu; b) desenvolveu forças produtivas locais dependentes do mercado mundial e de acordo com as demandas desses; c) instaurou relações de produção não-capitalistas, escravas ou servis, e um domínio político de latifundiários que se dividia entre os produtores para o mercado interno e os produtores para a exportação. Apesar de não termos sociedades capitalistas, a colonização das Américas foi fundamental no processo de acumulação capitalista do período.

Por último, é importante ressaltar os limites do trabalho de Moreno. Seu trabalho tinha um claro objetivo político: dar uma base histórica para a estratégia política da corrente que atuava na Argentina. Por causa disso, o trabalho não foi o de um “historiador profissional” e, nesse sentido, existem diversos limites em relação ao trabalho com as fontes. Porém, é preciso destacar que o próprio Moreno reconheceu essas limitações. Em uma advertência inserida na introdução de *Método*, o autor afirmou em relação ao método proposto:

No obstante, tenemos la obligación de alertar a los jóvenes estudiosos: la sola utilización de los tres elementos enumerados no es suficiente “para hacer historia”. Ese es el error de muchos historiadores que se reclaman marxistas. Con el uso de los mismos podemos *encuadrar y definir etapas*. Para “hacer historia” realmente, habría que tomar en consideración una variedad de factores subjetivos: los personajes, los proyectos de los partidos políticos (incluso de los individuos), el papel de la gran personalidad, la importancia de las creencias, la vigencia de las ideas, los detalles de las luchas, el análisis de los programas, del arte, de la ciencia, etcétera. Entonces sí,

del conglomerado de factores que actúan unos sobre otros resultaría el acaecer histórico (Moreno, 2008b, p. 20-21).

Apesar de não ter “feito história” enquanto ciência, acreditamos que Moreno contribuiu com um quadro de interpretação para esse “fazer”.

4. Milcíades Peña e o capitalismo comercial nas Américas

A elaboração de Peña, diferentemente da de Moreno, é recheada de “fontes”. Conforme assinalou Horacio Tarcus (1996, p. 307), o trabalho de Moreno está mais para uma leitura crítica de fontes secundárias do que para o trabalho de um historiador – o que o próprio autor reconheceu, como vimos. Em determinado sentido, o trabalho de Peña é uma continuidade das teses centrais de Moreno, porém com inovações importantes: fontes primárias, sistematicidade e coerência no trabalho historiográfico.

Assim como em Moreno, a produção intelectual de Peña foi realizada por meio dos conflitos políticos e intelectuais. Em seu caso, os dois principais adversários foram Puiggrós e Jorge Abelardo Ramos. A principal obra histórica de Peña é sua *Historia del Pueblo Argentino* que teve alguns capítulos publicados em vida, porém que só foi publicado em sua totalidade após a morte do autor. Em sua interpretação histórica, Peña apoiou-se em diversas formulações de autores como Sergio Bagú, Juan Bautista Alberdi, entre outros. Sempre com um diálogo crítico com essas fontes.

Para a análise dos seus escritos sobre colonização, dividiremos em dois temas: um primeiro sobre a análise da Espanha e a colonização nas Américas e um segundo sobre o conceito de capitalismo colonial.

4.1 O atraso espanhol e a colonização da América

Pensar a colonização da América Latina, passava por compreender os colonizadores. Por isso, Peña (2012) inicia sua história da Argentina debatendo a formação econômico-social espanhola e o caráter da colonização.¹⁴ Ele inicia o capítulo com a seguinte questão: “Por que estudar Espanha?” (p. 39). A pergunta parece desprezível, mas é fundamental para o entendimento do argumento do autor. O processo de colonização das Américas aconteceu na primeira onda do desenvolvimento burguês europeu: o renascimento comercial, urbano e artístico na Europa junto com as grandes navegações e a formação dos Estados nacionais absolutistas.

Para Marx (2013), esse período de colonização, iniciado no século XV, foi fundamental no desenvolvimento da burguesia europeia. Marx compreendeu esse processo como o de “acumulação primitiva de capital”, no qual se encerra o crescimento lento e gradativo da burguesia usurária e comercial para iniciar a transição que desencadeará o surgimento e crescimento da burguesia industrial. Os fatores determinantes desse processo de acumulação primitiva foram:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume

14 Puiggrós dedicou boa parte de seu primeiro capítulo em *De la Colonia a la Revolución* (1957) para debater sobre a formação social espanhola. Já o primeiro capítulo do tomo I de *Revolución y contrarrevolución en la Argentina de Ramos* (2006), publicado em 1957, é dedicado à análise de *Las dos Españas en la Revolución Americana*.

proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. (Marx, 2013, p. 998).

A Espanha é parte importante dessa engrenagem da acumulação primitiva. Apesar de importante, ela não foi hegemônica no processo, sendo uma peça subordinada a outras potências europeias, de acordo com Peña (2012). Para entender o papel que a Espanha cumpriu, é necessário localizá-la nesse complexo quebra-cabeça mundial que surgiu a partir do século XVI. Nesse sentido, houve uma íntima relação entre o nascimento e o crescimento da burguesia e o processo de colonização espanhola da América:

Con el crecimiento de la burguesía brotaban necesidades nuevas que ya no bastaban a satisfacer los frutos locales sino que requerían productos coloniales y muy especialmente oro y plata. Y estos productos provenían de América Latina. Metrópoli y colonias sirvieron así al florecimiento del capitalismo industrial; entraron para beneficio en el remolino de la acumulación capitalista. Ambas fueron engranajes decisivos en la estructuración del moderno mercado mundial, en la difusión del intercambio mercantil por los cuatro confines de la tierra. Pero ni en España ni en América hispana jamás hizo pie firme el capitalismo industrial (Peña, 2012, p. 41).

Como engrenagens subalternas, mas importantes, Espanha e América entraram na fase de acumulação primitiva de capital. Ouro, prata, mercado de escravos, matérias-primas etc., todos elementos necessários para fazer lucrar um setor da burguesia europeia que já havia consolidado um mercado interno e uma maior produção manufatureira. Isso não ocorreu na Espanha, de acordo com Peña, pois a ausência de uma unificação nacional foi um obstáculo para a hegemonia burguesa no país.

O grande problema histórico da Espanha foi que a unificação nacional não ocorreu sob a hegemonia burguesa, de acordo com Peña, isto é, o processo se realizou sob a égide da nobreza. Para ele, a Espanha era melhor

caracterizada como uma federação de cinco grandes reinos autônomos (Aragão, Castela, Catalunha, Navarra e Valência) do que como uma nação sem particularismos econômicos e políticos. Cada um desses reinos, mesmo sob os governos absolutistas dos reis espanhóis tinham constituições diferenciadas, impostos para o comércio de mercadorias no interior dos reinos, entre outras características que para Peña (2012, p. 43) demonstravam não existir uma nação em seu sentido burguês – se pensarmos nas condições atuais da Catalunha e do país Basco na Espanha, parece que esse problema da unidade nacional ainda é atual, mesmo que em outros termos.

Sobre o problema da unificação espanhola, o historiador inglês Perry Anderson (2004, p. 65) afirmou que

Longe de criarem um reino unificado, Suas Majestades Católicas fracassaram mesmo em estabelecer uma moeda única, sem falar de um sistema fiscal ou jurídico comum, dentro de seus reinos. A Inquisição - invenção singular na Europa daquela época - deve ser entendida neste contexto: ela foi a única instituição unitária “espanhola” na península, um elaborado aparelho ideológico que compensava a divisão e a dispersão administrativas do Estado.

A unificação nacional, para Peña (2012), era um pré-requisito para qualquer desenvolvimento industrial e também nacional no sentido capitalista. Os países que não conquistaram essa unificação sob a hegemonia burguesa, no período de acumulação primitiva, ficaram atrasados em relação ao desenvolvimento do modo de produção de capitalista. A Espanha, na época da conquista da América, para Peña, era um país atrasado, marcado pela hegemonia da nobreza em cada um dos reinos da federação, apesar do desenvolvimento comercial, militar e da acumulação de ouro, prata e outras matérias-primas advindas da exploração colonial.

O problema central do poder de Estado é fundamental para entender o caráter da Espanha e de sua colonização. Para Rodolfo Puiggrós (1957, p.

27), o poder da Espanha do século XV estava localizado entre uma forte nobreza e uma burguesia ainda muito frágil. No século XVI, com a vitória de Carlos I na Revolta dos Comuneiros de Castela (1520-1522), e com a consequente aceitação dos diversos reinos da Espanha do seu comando, a nobreza predominou sobre a burguesia. Para ele, esse predomínio é o que explica a “decadência” da Espanha e que a leva a uma dependência externa, principalmente industrial.¹⁵ Peña (2012, p. 44) contesta abertamente essa tese de Puiggrós, afirmando que, em razão do tipo de estrutura nacional do Estado Espanhol, do tipo de configuração entre as classes sociais, não era possível desenvolver uma forte indústria e é esse motivo que levou a Espanha, no século XVI, a ter como principal produto de exportação a lã bruta para países como Holanda e Inglaterra que os revendia, na Espanha, como produtos manufaturados.

Para alguns autores, a Revolta dos Comuneiros é considerada o ponto-chave da decadência espanhola – Puiggrós, Munis e Ramos colocam-na como referência. Para Munis(2003, p. 19), a revolta dos comuneiros foi uma tentativa revolucionária derrotada de uma “burguesia manufatureira apoiada nos grêmios e na população subalterna do campo” contra a nobreza feudal. Já para Ramos (1949, p. 25), a Revolta tinha o objetivo de mudar “os fundamentos econômicos do desenvolvimento nacional”, modificando, dessa forma, os direitos políticos do terceiro estado e das massas populares. Em determinado sentido, esses autores colocavam a Revolta dos Comuneiros como uma tentativa de “revolução democrático burguesa” que abriria o caminho para o desenvolvimento capitalista da Espanha, pois conduziria um setor da burguesia ao poder político. Seria uma revolução burguesa adiantada, que poderia permitir à Espanha um salto na acumulação de capital e no processo de transformação em sentido industrial. Porém, a derrota desses setores burgueses fechou esse caminho e levou o país à decadência.

15 Aqui se refere especialmente à produção manufatureira.

Contrariamente a esses autores, Peña (2012, p. 53), recuperando os escritos de Marx sobre a Espanha, afirma que a Revolta dos Comuneiros realmente lutava por “liberdades”, como liberdades de associação e reunião. Porém, lutava também pela “liberdade” de cobrarem impostos, isto é, pela “liberdade do separatismo e do localismo contra a unificação geral da nação”.¹⁶ Nesse sentido, era uma revolta que apontava não para o desenvolvimento capitalista da Espanha através da unificação nacional em sentido burguês, mas para a manutenção do poder local, do poder das cidades, das comunas, contra o poder absolutista do rei. Era uma burguesia comercial ainda muito artesanal e, em determinado sentido, pré-capitalista, pois apesar do lucro comercial ser seu principal rendimento, este lucro não se vinculava ao ciclo de produção social capitalista, que era muito incipiente. Nesse sentido, a tragédia do desenvolvimento capitalista espanhol residia justamente num tipo de burguesia comercial pré-capitalista que defendia a manutenção da época das “comunas” da Idade Média travando o desenvolvimento capitalista nacional – uma burguesia que se apoiava no mercado local e não nacional.

O absolutismo espanhol, em determinado sentido, tinha um caráter autônomo em relação às classes sociais, ainda que sua base social principal eram os proprietários de ovelhas, o setor latifundiário mais próspero do país (Peña, 2012, p. 54). Essa autonomia em relação as principais classes sociais do país, aproxima o tipo de absolutismo espanhol do despotismo oriental, pois ambos, de acordo com Marx, travaram o desenvolvimento das cidades em nível local e não conseguiram desenvolver nenhuma unificação nacional, tendo que se apoiar nas classes dominantes locais como forma de garantir o predomínio do governo central (Marx; Engels, 1998, p. 109). Baseando-se nessa compreensão de Marx, Peña (2012, p. 54) afirmou que: “a monarquia, a partir dos Reis Católicos, aproveitou o antagonismo entre a nobreza, as

16 Sobre a Revolta dos Comuneiros, Marx (1980, p. 5) afirmava que ela foi o combate entre os setores que controlavam as cidades, principalmente no reino de Castela, e a nobreza que apoiava Carlos I e defendia a centralização do poder numa monarquia absoluta sob sua hegemonia.

idades e a Igreja para debilitar os três”. Nesse sentido, o absolutismo espanhol pode ser entendido como uma trava para o desenvolvimento capitalista espanhol, como um obstáculo trágico, dado que a classe burguesa era regionalizada, sem interesses nacionais.

Outra característica do atraso espanhol está relacionada ao tipo de mercantilismo praticado no país. Recuperando as formulações de Adam Smith e de Friedrich Liszt sobre o mercantilismo, Peña (2012, p. 47) afirmou que a política mercantilista era na verdade um “sistema industrial” que tinha como centro a unificação da nação com a decorrente criação de um mercado nacional. Esse sistema industrial não significava a busca do ouro pelo ouro, como afirmou Smith, mas a manutenção de uma balança comercial favorável, com um rígido controle do comércio exterior e um contínuo estímulo para o desenvolvimento industrial que permitisse “exportar artigos manufaturados e comprar matérias primas” (*Idem*).

A política econômica espanhola (e também portuguesa na colônia brasileira) não tinha como centro essa apropriação das matérias-primas para sua utilização na indústria nascente em cada país, pelo contrário, a política era de dilapidação da economia colonial, principalmente do ouro e da prata, e de dependência dos produtos manufaturados que vinham da Holanda e da Inglaterra. A única característica “mercantilista”, de acordo com Peña (2012), da economia espanhola era a de conservar metais preciosos em suas fronteiras, entre os séculos XVI e XVII. O que barrava a possibilidade de uma industrialização ou, em outros termos, do desenvolvimento das manufaturas em solo espanhol, era justamente a combinação da ausência da unificação nacional com a falta de uma burguesia com interesses industriais, somados ao peso da Igreja Católica e da nobreza na estrutura social do país.

Todas essas condições marcaram o atraso capitalista espanhol. Nesse sentido, a Espanha na época de sua unificação e da colonização das Américas, encontrava-se atravessada pela seguinte situação contraditória e trágica: não havia nenhum grupo social que tinha o interesse no desenvolvimento das forças produtivas industriais capitalistas (Peña, 2012, p. 56). Isso marcou o processo de colonização e a formação social dos países latino-americanos.

4.2 Sangue, lama e civilização: colonização feudal ou capitalista?

Compreendendo o que era a Espanha na época da colonização, Peña (2012) partiu para o debate sobre o caráter da colonização das Américas. A primeira questão levantada pelo autor foi a da contradição própria do capitalismo de desenvolver formas superiores de produção sob uma base de métodos inumanos ou bárbaros,¹⁷ isto é, a colonização e o desenvolvimento econômico da América Ibérica foram baseados no massacre indígena e na opressão negra. Esses processos estão intimamente unidos e são, para Peña, inseparáveis. É por isso que ele denomina a colonização de “sangue, lama e civilização” (p. 61). Essa contradição capitalista, que poderíamos chamar de combinação entre o desenvolvimento das forças produtivas e das forças destrutivas, seguindo Mandel (1981), é o primeiro passo para entender a colonização espanhola da América.

Porém, a polêmica de Peña sobre o processo de colonização se deu principalmente contra o “mito da colonização feudal”. Seu adversário principal foi Puiggrós, porém ele não foi o único interlocutor. Sem dúvida alguma, Bagú e Moreno são as principais referências de Peña na sua formulação do conceito de “capitalismo colonial”.¹⁸ Peña estudou e debateu o processo de colonização, inicialmente, com Nahuel Moreno, mas foi a obra de Bagú que mais impactou sua análise. Em nenhum momento Peña realizou uma polêmica com as teses de Moreno, que como o próprio reconheceu, são muito convergentes com as de Bagú. Porém, deve se levar em conta que em sua *Historia*, não há nenhuma reivindicação ou citação de Moreno. Nesse sentido, nos parece que são indícios de uma tentativa de se separar daquela tradição

17 “Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 2013, p. 703). O trotskista Ernest Mandel (1981, p. 17) considera impossível separar, no capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas e das forças destrutivas, isto é, desde o início do modo de produção capitalista se combina desenvolvimento e barbárie.

18 Para uma análise sobre a presença desses autores na *Historia* de Peña, ver Fernandes (2019, p. 160-169).

que lhe inspirou inicialmente. Os motivos, nesse momento da produção de Peña, entre 1956-1957, ainda não eram claros, mas aparentam ter um caráter diretamente político.¹⁹

O marco geral de Peña (2012) sobre a colonização está na arquitetura da formação social. Para ele, “o objetivo da colonização e conquista foi eminentemente capitalista: produzir em grande escala para vender no mercado e obter lucro” (*Ibidem*, p. 65, tradução nossa). Esse é o elemento determinante, estrutural, que organiza a economia colonial. E assim como em Bagú, o problema é que no marco dessa determinação própria da produção capitalista estavam diversos elementos feudais.

Para entender esse processo, Peña (2012, p. 65) recuperou as definições de Marx sobre feudalismo, tomando como base desse modo de produção a “pequena economia agrária e o artesanato independente”. Para Marx (2013, p. 964),

Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela partilha do solo entre o maior número possível de vassalos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos. Isso explica por que o solo inglês, que depois da conquista normanda se dividiu em gigantescos baronatos, um único dos quais costumava incluir 900 dos antigos senhorios anglo-saxônicos, era entremeadado de pequenas propriedades camponesas, apenas aqui e ali interrompidas por domínios senhoriais maiores.

Nesse sentido, para Peña (2012), uma das características centrais do feudalismo era a divisão da grande propriedade em centenas de pequenas propriedades. Isto é o oposto da divisão de terras nas colônias latino-americanas: “Se alguma característica bem definida e inquestionável é

19 Discutimos os motivos dessa ruptura em nossa tese (Fernandes, 2019, p. 332-348).

possível encontrar na economia colonial, é a produção em grande escala (minas, manufaturas, *plantation*)²⁰ para o mercado” (Peña, 2012, p. 65, tradução nossa).

Rodolfo Puiggrós foi um dos principais defensores argentinos da ideia de que a colonização luso-hispânica foi feudal. Contrapondo-se a Bagú, afirmou que:

Algunos investigadores confunden el capital comercial que, como lo demostró Marx, actúa en los regímenes precapitalistas (esclavitud, feudalismo) – con el capitalismo propiamente dicho (trabajo asalariado, desarrollo de la economía mercantil y de la manufactura) que es la antítesis del feudalismo. Deducen, por ejemplo, de la existencia de grandes compañías comerciales, como la de las Indias Occidentales Holandesas, o de la expansión del comercio a Ibero-América, la índole capitalista de la colonización, a la que le niegan, más o menos abiertamente, su carácter feudal, o tratan de conciliar feudalismo y capitalismo, haciendo desaparecer su naturaleza imborrablemente antitética (Puiggrós, 1957b, p. 20).²¹

Peña, em sua obra, contrapõe-se diretamente a essa tese de Puiggrós, apoiando-se nas análises de Bagú. Em sua análise das características do capitalismo colonial, Peña (2012, p. 67) afirmou que o erro dos “feudalistas” era o de que consideravam o trabalho nas colônias como feudal, enquanto diversos historiadores e economistas demonstraram que o predominante era justamente a escravidão com um caráter capitalista. No bojo dessa explicação, Peña reivindica também Mariátegui (2010, p. 61), que reconheceu a predominância do trabalho escravo na colonização em seus ensaios. A partir

20 Optamos por traduzir “*obrajes*” por “manufatura” e “*plantaciones*” por “*plantation*”.

21 Para uma análise mais aprofundada das teses de Puiggrós, ver Fernandes (2019, p. 170-173).

dessa compreensão, Peña afirmou que o capitalismo colonial não é um capitalismo industrial:

Es un capitalismo de factoría, "capitalismo colonial", que a diferencia del feudalismo no produce en pequeña escala y ante todo para el consumo local, sino en gran escala, utilizando grandes masas de trabajadores y con la mira puesta en el mercado; generalmente el mercado mundial o, en su defecto, el mercado local estructurado en torno a los establecimientos que producen para la exportación. Éstas son características decisivamente capitalistas, aunque no del capitalismo industrial que se caracteriza por el salario libre (Peña, 2012, p. 67).

Nesse sentido, há na teoria de Peña (2012) um predomínio do "fator externo" ao "fator interno", isto é, a dinâmica mundial sobre a dinâmica nacional – característica derivada da lei do desenvolvimento desigual e combinado e seu "internacionalismo metodológico" (Cf. Bianchi, 2007) que enfoca as contradições particulares a partir do prisma da totalidade da economia capitalista.

Em sentido geral, a colonização ibero-americana foi capitalista, para Peña (2012), em razão da combinação da fase capitalista de acumulação primitiva na Europa com o caráter geral da produção nas colônias, o que impulsionou enormemente todo o ciclo de acumulação primitiva de capital. Esse ciclo histórico do capitalismo é caracterizado como "capitalismo comercial", fase de transição entre o feudalismo e a época do "capitalismo industrial". Foi no interior dessa fase do capitalismo comercial, que ocorreu o processo de acumulação primitiva de capital e que se desenvolveu um "capitalismo colonial" que tinha o predomínio da produção voltada para o mercado exterior, com um mercado local subordinado à produção para exterior e sem nenhum projeto de desenvolvimento nacional (Peña, 2012, p. 82). Nesse sentido, podemos afirmar que o processo de colonização foi capitalista, mesmo que as formas predominantes de trabalho ou o ordenamento jurídico não eram capitalistas, mas sim escravistas e, em menor medida, feudais.

5. Considerações finais

No presente artigo, reconstruímos as formulações de Nahuel Moreno e de Milcíades Peña sobre o caráter do desenvolvimento desigual e combinado da colonização das Américas. Para ambos os autores, a colonização foi capitalista, porém não se formou um capitalismo em sentido industrial no país, mas um capitalismo específico, no qual Moreno afirma como “comercial” e Peña como “colonial”. Essa reconstrução tomou como base as obras dos autores e os confrontos políticos e intelectuais de determinavam essas formulações.

É importante ressaltar que a exposição aqui foi resumida, visto que o debate feito por esses autores é mais amplo, incluindo um debate específico sobre a colonização dos Estados Unidos e as diferenças entre a colonização do sul e do norte (Fernandes, 2019, p. 175-179).

Acreditamos que ambos os autores, de forma diferente, contribuíram com a compreensão das particularidades do desenvolvimento desigual e combinado dos países americanos: ao mesmo tempo que faziam parte do ciclo de desenvolvimento europeu e de sua expansão mundial, integravam esse ciclo com uma combinação articulada, desigual, contraditória, com relações capitalistas e não-capitalistas, dessa forma, seguindo um caminho de desenvolvimento novo com as diferentes combinações.

Apesar de contribuírem, é preciso salientar que as obras de Peña e de Moreno também tem limites que são próprios do marxismo predominante nas suas épocas (anos 1940-1950). Em suas compreensões, as dimensões econômicas e políticas aparecem como determinantes, enquanto outras determinações sociais estão na prática ausentes. Nesse sentido, considerações mais específicas sobre o peso da escravidão, do etnocídio indígena, entre outros temas, não entram em suas histórias. Elas estão como acessórias. Esses limites devem ser apontados e criticados, porém, consideramos que o próprio método do desenvolvimento desigual e combinado, utilizado pelos autores, pode auxiliar na compreensão dessas outras dimensões próprias da colonização dos países americanos.

Referências

- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BIANCHI, A. O marxismo de Leon Trotski: notas para uma reconstrução teórica. *Idéias*, v. 14, n. 1/2, p. 57-99, 2007.
- FERNANDES, R. C. F. *O desenvolvimento combinado na Argentina: Milcíades Peña e a questão nacional*. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2019.
- FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- GOLDMAN, N. Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820). Revolución, República, Confederación (1806-1852). In: *Nueva Historia Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.
- LENIN, V. I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LÖWY, M. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MANDEL, E. Nos divergences avec le "comité paritaire" et sa "conférence ouverte". *Quatrième Internationale*, n. 3, p. 11-60, 1981.
- MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Escritos sobre España*. Madrid: Trotta, 1998.
- MORENO, N. Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa. *Estrategia*

de la emancipación nacional, v. 1, p. 81–91, 1957.

MORENO, N. A importância da interpretação de Novack. In: NOVACK, G. (Org.). *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008a.

MORENO, N. *Método de interpretación de la historia argentina*. Buenos Aires: Fundación Pluma, 2008b.

MUNIS, G. *Jalones de derrota, promesa de victoria* – crítica y teoría de la revolución española (1930-1939). Tomares, And.: Muñoz Moya, 2003.

PEÑA, M. *Historia del Pueblo Argentino*. Buenos Aires: Emecé, 2012.

PEÑA, M. Industrialización, Pseudoindustrialización y Desarrollo Combinado. *Fichas de investigación económica y social*, v. 1, p. 33–44, abr. 1964.

PEÑA, M. *O que é o marxismo?* São Paulo: Sundermann, 2014.

PUIGGRÓS, R. *De la colonia a la revolución*. Buenos Aires: Leviatan, 1957.

RAMOS, J. *América Latina: un país*. Buenos Aires: oct. 1949.

RAMOS, J. *Revolución y contrarrevolución en la Argentina*: Las masas y las lanzas (1810-1862). Buenos Aires: Senado, 2006.

TARCUS, H. *El marxismo olvidado en la Argentina*: Silvio Frondizi y Milcíades Peña. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1996.

TESTA, V. *El capital imperialista*. Buenos Aires: Fichas, 1974.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007a.

TROTSKY, L. *Escritos Latinoamericanos*. Buenos Aires: IPS, 2007b.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.